



DESENHO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Elione Maria Nogueira Diógenes¹

Tânia Roberta da Silva²

Institutional Design of the Literacy Programa at the right age

Resumo:

Este artigo tem como objetivo suscitar uma reflexão em torno da problemática do analfabetismo no Brasil. Apresentando o Desenho Institucional do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, a partir de sua formulação e implementação, bem como sua transição de política local para uma política de governo. A metodologia utilizada teve como base a Análise de Conteúdo da Bardin (1977), o que possibilitou a análise dos conteúdos dos documentos e registros oficiais sobre o programa e permitiu afinar uma análise crítica do Programa Alfabetização na Idade Certa com base em seus pressupostos. Os resultados que mais impactaram nesse processo foram os que demonstraram que, apesar da abrangência do programa, não houve em sua formulação e implementação a participação massiva dos agentes educacionais essenciais para o implemento de um programa desse porte, sendo necessário para sua execução efetiva o envolvimento de todos os que fazem a educação acontecer.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Programa. Alfabetização.

Abstract:

This article aims to raise a reflection on the problem of literacy in Brazil. Presenting the institutional design of the Literacy Program in the Right Age- PAIC, from its formulation an implementation, as well as its transition from local policy to a government policy. The methodology used was based on Bardin's Content Analysis (1977), which made it possible to analyze the contents of documents an official records about the program and made it possible to refine a critical analysis of the Literacy Program, there was not, in its formulation an implementation, the massive participation of educational agents essential for the implementation of a set program necessary for its effective execution of the involvement of all who make education takes place.

Keywords: Public policy. Education. Program. Literacy.

1. Doutora em Políticas Públicas (Área de Concentração – Políticas Sociais e Programas Sociais) pelo PPGPP/UFMA. Professora Associada II da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

2. Prof.ª Me. em Avaliação de Políticas Públicas (UFC) e prof.ª das secretarias, estadual e municipal de educação.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Alfabetização na Idade Certa é uma política pública de educação formulada em plano local (pelo estado do Ceará) e assumida, posteriormente, pela União (Plano Nacional – Governo Federal), portanto, deixou de ser uma política pública de educação de caráter governamental e instituiu-se enquanto política educacional do Estado brasileiro. O Programa tinha como objetivo erradicar o analfabetismo infantil, mas também resolver a problemática de jovens e adultos em situação análoga. Essa situação já vem sendo observada ao longo dos tempos e se constitui, ainda na atualidade, como uma realidade que ocorre não só entre as crianças que não aprendem no tempo certo condizente com sua idade e com suas capacidades mentais, mas também com os jovens e os adultos que não conseguiram aprender a ler no seu tempo acabando analfabetos ou analfabetos funcionais. No sentido de atender a essa demanda, o estado do Ceará resolveu dar início a uma ação que culminou na elaboração e implementação do PAIC. O mesmo fora implantado em 2007 nos 184 municípios, objetivando assegurar a alfabetização de todos os alunos da rede pública escolar até os sete anos de idade.

O programa fora implementado na esteira da política de reformas neoliberais, que, a partir do Plano de Reforma do Estado, tornaram-se protagonistas das políticas de educação, como possíveis e relevantes para o alcance de resultados de modo a atender aos ditames dos organismos internacionais que regulam as normas e diretrizes das políticas de países emergentes.

O programa surge no Ceará como possibilidade de enfrentamento do índice de analfabetismo crônico e analfabetismo funcional, que exigia ações imediatas como meio de erradicar essa problemática, e se tornou pioneiro quando, a partir de trabalho desenvolvido na cidade de Sobral-CE e realizada com êxito, a experiência passa a ser ampliada para todo Ceará, tornando-se impositivo definir a elaboração, implementação e execução de um Programa que, a exemplo de Sobral, atendesse à demanda do analfabetismo no estado.

Dessa forma, elabora-se e implanta-se o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC por todo território cearense.

É no bojo dos pressupostos que embasam o programa que foi possível permear sua formulação e implementação, permitindo a percepção do jogo de interesses políticos que o compõe, assim como, tornou-se visível, o papel dos sujeitos em cada fase de criação do Programa Alfabetização na Idade Certa (CEARÁ, 2006;

ARRETCHE, 2001; BAUER 2011; BONAMINO, 2002).

Não há mais formas de se justificar que, em pleno século XXI, exista milhares e milhares de cidadãos e cidadãs brasileiras em um estado de analfabetismo crônico ou funcional. Isto só demonstra a ineficiência da rede pública de ensino estatal. Também sabemos que o sistema educacional brasileiro, se não reproduz a miséria em que vive a grande maioria da população ao menos mantém esta situação, pouco contribui para mudar esse nefasto quadro educacional e social (BRASIL, 2007, 2012; CEARÁ, 2012, 2013, 2014; SILVEIRA, 2002; HÖFLING, 2001; SAVIANI, 2008; SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2000, 2011; 2004; VIANNA, 2005, 2000).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Políticas públicas em contexto

Nenhuma política pública é destituída de intenções. Explicamos melhor: as políticas públicas são formas de intervenção do Estado na sociedade com a finalidade de resolver ou não esse ou aquele problema social. Com o Programa Alfabetização na Idade Certa, não foi diferente. Este, em verdade, é uma conjunção de esforços governamentais que sintetizam a vontade política do governo em resolver problemáticas que se tornaram obstáculos fortes para o desenvolvimento do Estado capitalista no Brasil. Uma dessas problemáticas, reside na área da educação, como não podia deixar de ser, é essa uma das áreas que necessita a apresentação de índices provenientes da implantação de recursos internacionais no país, a exemplo do Índice da Educação Básica-IDEA, que é um balizador internacional que permite a extração de dados para comparações, bem como para investimentos em políticas educacionais tanto local, nacional e internacional, de modo a justificar o alinhamento dessas políticas aos ditames dos organismos internacionais. Esses índices a serem apresentados e exigidos compõem o que podemos chamar de "Gestão por Resultados," no entanto, a gestão por resultados não é apenas uma estratégia, uma forma de fazer as coisas se tornarem eficientes, mas se trata antes de tudo de permear a gestão pública pelo ideário burguês. A gestão por resultados tem como promotores fundantes os organismos internacionais que vêm dando as "cartas" no planejamento e execução das políticas educacionais no Brasil desde a redemocratização.

O seu fortalecimento ocorreu na gestão de Fernando Henrique Cardoso, abrangendo os anos que vão de 1994 a 2002. Foi nessa gestão que ocorreu a modernização do Estado brasileiro por meio da reforma da máquina administrativa, cuja responsabilidade estava no

Ministério de Reforma do Estado, que tinha como ministro o senhor Bresser Pereira. A ideia básica era enxugar a máquina do Estado, diminuí-la de tamanho no setor social com nítida influência das ideias neoliberais (GARCES; SILVEIRA, 2002).

Para Shiroma, Moraes e Evangelista (2000, p.63) "[...] a reforma educacional brasileira gestou-se no bojo da reforma do Estado". Concordamos com os estudiosos e acrescentamos que não há nenhum setor no campo da esfera pública que não tenha sofrido modificações com foco nas ideias neoliberais e ainda afirmamos que tais mudanças não foram plenamente concretizadas. Com foco em tais diretrizes implantam-se instrumentos técnicos de gestão educacional como: os sistemas de avaliação externa, descentralização das escolas e a transferência da responsabilidade pelo desenvolvimento da educação passa a ser da sociedade e não do Estado.

Para resumir nossa análise, em tal período (ainda hoje também) a ofensiva neoliberal pregava a derrocada do Estado protetivo e oferecia como solução um Estado competitivo e "amigo" da classe empresarial. Tratava-se de disseminar o ideário burguês em toda sua expressão material, isto é, "se quiser tem que pagar". Para que servia o Estado, então, nessa "mentalidade"? Muito simples: garantir a livre circulação da iniciativa privada em todos os setores onde antes atuava o Estado por meio dos investimentos. A educação pública em tal época – e ainda hoje – passou a ser "massacrada" e surgiram programas emergenciais em parceria com a iniciativa privada, em que se difundia o ideário de que "voluntários" deveriam tomar conta da escola, exemplificamos alguns programas com essas características: "Acorda Brasil! Tá na hora da escola!"; Aceleração da Aprendizagem; Guia do Livro Didático – 1ª e 4ª séries. "No campo econômico, instituiu-se um programa de características focalizatória e compensatória como o Bolsa-Escola [...]. A bolsa está condicionada à matrícula e à frequência dos filhos, no ensino fundamental". (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA; 2000, p.88).

2.2 Políticas Públicas de Educação: programas e ações

Com o intuito de proceder em conformidade com as políticas de desenvolvimento educacional, seguindo o ideário proposto pelos organismos internacionais, o Ministério da Educação ainda lança uma série de ações que tinha como finalidade modificar a base organizacional das escolas como os Parâmetros Curriculares Nacionais; o Programa Dinheiro Direto na Escola; a implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola; o Sistema de Avaliação da Educação Básica; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério; a publicação da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação 10.172/2001. Com todo esse aparato legal e normativo a gestão pública delegava a escola a responsabilidade pelo fracasso ou sucesso de suas ações.

As escolas passaram a ser acompanhadas não por profissionais locais, e sim por consultores, assessores e técnicos de organismos multilaterais, empresários, intelectuais e partidos políticos. A verdade é que o "ponto de partida" dessas transformações estava no diagnóstico realizado pelos organismos multilaterais de que o Brasil estava vivendo uma crise econômica sem precedentes e a melhor forma de mudar isto era por meio da reorganização do sistema educacional, tornando-o mais fiel ao capitalismo.

Quando em 2002, assumiu a gestão da Presidência da República, o operário e sindicalista, Luís Inácio Lula da Silva, criou-se, por parte da classe profissional da educação, expectativas de que haveria mudanças e rupturas no campo hegemônico das políticas educacionais. Entretanto, apesar das tímidas iniciativas, as políticas educacionais foram redimensionadas, todavia, o foco foi mantido: a orientação neoliberal: "[...] os primeiros movimentos do novo governo foram deixando claro que as linhas básicas da ação governamental, tanto no âmbito da política econômica como das políticas sociais, aí incluída a política educacional, não seriam alteradas.". (SAVIANI, 2008, p. 451).

Mudou-se o invólucro, mas, o conteúdo era o mesmo. As políticas e programas educacionais da Era Lulista, seguiam a mesma perspectiva gerencial e tecnocrática do período anterior. Mais uma vez, a educação permaneceu no limbo a serviço do capital, a saber: a educação como um empreendimento econômico, utilizando-se de termos à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da área como a democratização e a universalização do ensino.

Com isto, a reestruturação do sistema educacional brasileiro foi consolidada. Entretanto, os problemas continuavam. Culpa de quem? Da escola e de seus agentes educacionais. Pesquisas e mais pesquisas pulularam para provar que o problema é de quem está gerenciando o sistema educacional público e não da falta de investimento e da crescente desvalorização da classe dos professores e das professoras.

Analisando a situação da educação brasileira com um olhar contemporâneo, podemos sim, constatar, que ainda estamos longe de uma reversão dos problemas educacionais no nosso país, como o próprio

analfabetismo tão discutido e debatido, as distorções idade/série que culminam em analfabetismo funcional, dentre outros fatores que impedem o curso natural da aprendizagem. Mediante da situação supracitada nos é pertinente pensarmos o que temos a comemorar? O que fazer?

Muitos Programas e ações surgiram, no sentido de solucionar os referidos problemas, sendo um dos principais deles o analfabetismo. Daí emerge a agenda da alfabetização, dividida em duas principais linhas: o analfabetismo crônico e o analfabetismo funcional. Este considerado o mais problemático, pois o educando e a educanda estão na escola e não se alfabetizam. Será culpa deles? Não! Eles são as vítimas de um sistema perverso de exclusão social, cuja reprodução encontra-se no espaço escolar do sistema educacional brasileiro.

Na esteira dos programas, projetos e ações implementados através do Ministério da Educação, implanta-se o Programa Brasil Alfabetizado no período de 2003, tendo como foco a erradicação do analfabetismo em todas as suas formas, e o prazo para extingui-lo do seio da sociedade brasileira é o positivo tempo de quatro anos. Pergunta: conseguiu-se? Óbvio que não! A observar a situação do país, pode-se inferir que diversos problemas educacionais ainda permanecem os mesmos ou foram apenas modificados de modo parcial, sem efetivamente contemplar a solução esperada.

O estado do Ceará, no entanto, como forma de solucionar o problema do analfabetismo, em 2004, cria o Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar, liderado por uma equipe permanente constituída pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação-seccção Ceará e a Secretaria da Educação, dentre outras instituições parceiras.

2.3 Programa Alfabetização na Idade Certa: formulação e implementação

O Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar adveio da constatação de que no município de Sobral, localizado na zona Norte do estado, os alunos e as alunas em idade de alfabetização estavam conseguindo atingir com sucesso a tão sonhada efetividade do processo de ensino e aprendizagem no tocante ao ler e escrever. Tais resultados exitosos foram publicados no livro: *Vencendo o Desafio da Aprendizagem nas Séries Iniciais: A experiência de Sobral/CE* (BRASIL, 2005), isto impactou os demais estados brasileiros,

principalmente a União. Não há dúvidas de que a experiência de Sobral, com resultados positivos, incentivou a discussão sobre como erradicar o analfabetismo infantil.

Daí o movimento espalhou-se por todo o estado. O deputado Ivo Gomes (ex-secretário de educação do município de Sobral), sugeriu a possibilidade de se realizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo objetivo era o de encontrar as causas do analfabetismo escolar em todo estado do Ceará. A partir desse movimento foi nascendo o Programa Alfabetização na Idade Certa.

Com a instauração do comitê e os debates ocorridos, chegou-se à conclusão que:

- Formas de organização do trabalho escolar e do trabalho docente nas escolas não favorecem a aprendizagem escolar da alfabetização; (CEARÁ, 2006);
- A alfabetização é negligenciada dentro da sala de aula; (CEARÁ, 2006);
- Não há em sala de aula uma diversificação de saberes e linguagens (CEARÁ, 2006).

O comitê ainda indicou que seria necessária a mobilização nacional para melhorar a qualidade da educação pública (CEARÁ, 2006). Para tanto, as demais instâncias de mobilização social deveriam envolver-se no processo.

Assim, o Programa Alfabetização na Idade Certa foi criado com foco na gestão e tem como fim precípua a aprendizagem do aluno. Com esse fim, o desenho institucional do Programa tem, em sua organização, cinco eixos:

- 1) Gestão da Educação Municipal;
- 2) Alfabetização;
- 3) Avaliação Externa;
- 4) Formação do leitor e
- 5) Educação infantil.

O Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar apontou a ineficácia do processo de alfabetização infantil na rede pública de ensino do Ceará. Assim, ficou estabelecido que a única meta dos 184 municípios cearenses era a de alfabetizar todas as crianças matriculadas na rede de ensino público até sete anos de idade.

Posto isto, o Programa Alfabetização na Idade Certa passa a figurar como uma política pública de educação de governo, cuja complexidade e abrangência foram fundamentais para o bom desempenho da política.

Há uma ideologia subjacente ao Programa Alfabetização na Idade Certa? Sim, pois:

Em princípio, as vontades, os interesses, as lealdades e as concepções ideológicas dos diversos agentes envolvidos em um programa público dificilmente serão inteiramente coincidentes. Portanto, quanto mais complexo for um programa, maior será a variedade de interesses e concepções envolvidos em sua execução e, por consequência, mais fortes serão as tendências à não-convergência. (ARRETCHE, 2001, p. 48).

Esta reflexão mostra-nos que existe um campo minado de interesses e conflitos políticos que necessitam serem levados em consideração ao se estudar uma política pública. Contudo, isto é inerente ao processo em si. No caso cearense, a indução dos municípios para assumirem o Programa Alfabetização na Idade Certa como política importante e decisiva no sentido de erradicar o analfabetismo infantil foi fundamental para que o programa crescesse em qualidade e quantidade.

O Programa Alfabetização na Idade Certa é apontado, ainda, como um programa que deve superar os interesses partidários e políticos. Contudo, os gestores municipais precisam de verbas e, para que os municípios fizessem a sua adesão ao Programa Alfabetização na Idade Certa, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias foi determinante.

Para a implementação nos municípios, condicionou-se à distribuição da cota-parte do ICMS aos que apresentaram indicadores: de educação (com maior peso para os indicadores relativos à alfabetização), da saúde e do meio ambiente.

De outro lado, a Secretaria de Educação do Ceará implantou o Prêmio Escola Nota Dez, cujo interesse era conceder dinheiro para as escolas que apresentassem os melhores resultados de alfabetização, estes resultados seriam auferidos através de outra ação criada em 2007, o SPAECE-alfa, isto é, um "braço" do Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará.

A característica dessa avaliação configura-se por ser externa anual e censitária e constrói um indicador de qualidade sobre a habilidade em leitura dos alunos e das alunas. (CEARÁ, 2012).

No primeiro ano de implantação do Programa, a Secretaria de Educação do Ceará realizou a avaliação externa para identificar a proficiência dos alunos e das alunas do 2º ano do Ensino Fundamental de todos os municípios cearenses. As conclusões apontaram que 26,6% dos municípios estavam nos padrões de não alfabetizado e alfabetização incompleta. Quatro anos

depois, por meio dos resultados da avaliação externa, o quadro foi atingindo um padrão de desempenho melhor na maioria dos municípios. (CEARÁ, 2012).

3. METODOLOGIA

Com o objetivo de tornar público e estabelecer uma crítica afinada aos pressupostos do programa, bem como suscitar um debate em torno da temática, foi realizada uma abordagem sob a perspectiva qualitativa que teve como análise metodológica a análise de conteúdo da Bardin (1977, p. 107) que é definida conforme a autora como:

Um conjunto de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não), que permutam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Essa metodologia, portanto, permite a inferência de interpretações significativas tendo por base as mensagens dos conteúdos analisados no arcabouço teórico que contemplam as categorias de análise subjacentes no referencial teórico da proposta do Programa Alfabetização na idade certa.

Na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 107) temos, num primeiro momento, a fase da "pré-análise" a partir da leitura flutuante "do referencial teórico que embasa o objeto de estudo". Este momento é descrito por Bardin (1977) como primeira fase da organização para que se possa conduzir as operações sucessivas de análise. Ainda nesta primeira fase ocorre a seleção de documentos a serem submetidos à análise e a formulação da hipótese para a interpretação final.

Nesta fase será feito o recorte das expressões textuais contidas nos pressupostos dos documentos balizadores do programa.

A segunda fase da análise de conteúdo da Bardin (1977), ocorre a exploração do material, que tem como arranjo temático a "unidade de registro" que, conforme a autora, "é a unidade de significação a codificar" (BARDIM, 1977, p.104), podendo ser o tema, a palavra ou a frase. Define-se então "tema" como sendo a afirmação de um assunto, é a unidade que se sobressai naturalmente do texto analisado (BARDIM, 1977).

Quanto ao estabelecimento das "unidades de registro" é necessário algumas vezes fazer-se referência ao

contexto da unidade que se quer registrar. Segundo a autora, a unidade de contexto “compreende os segmentos da mensagem, cujas dimensões (superam as da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro”(BARDIM, 1977, p.104).

Então, o contexto é útil para a compreensão das unidades de registro. Para a realização desta etapa foram utilizados, documentos produzidos pelo comitê de erradicação do analfabetismo, como o relatório finalizado em 2006, que apontou as causas do analfabetismo no estado, o protocolo de intenções de 2007, documento elaborado que fixou o acordo entre o estado e os municípios cearenses, firmando a parceria e traçando os objetivos a serem alcançados com a implementação do programa. O diagnóstico realizado pelo comitê e promulgado no PDE (2007), documentos disponibilizados pela SEDUC, como o boletim pedagógico do 2º ano do SPAECE-alfa, matrizes de referências da provinha Brasil, disponibilizada pelo material sobre o PAIC, elaborado pela SEDUC, dentre outros.

Estes documentos permitiram a seleção de categorias de análise, a formulação das palavras-chave que sempre se repetem no contexto, desse modo é que foi procedida a análise da formulação e implementação do programa e dos pressupostos basilares do Ministério de Educação.

Desse modo, foram extraídas dos contextos conceitos, informações, frases, palavras que puderam ser identificadas com o arcabouço teórico dos autores citados, possibilitando a ressignificação dos contextos do material analisado, o que permitiu o desenho institucional do programa Alfabetização na Idade Certa.

A partir da análise realizada com cada “unidade de contexto” é feita uma seleção das categorias que serão analisadas com as unidades que sempre se sobressaem ao texto. As conclusões a que chegamos foram pensadas através da ressignificação de cada unidade de contexto, que podem ser, frases, palavras, temas.

Estas unidades de contexto ganham relevância dentro do texto, como as características do Programa apresentadas no quadro I. Sua elaboração foi possível a partir da leitura dos materiais acerca do Programa Alfabetização na Idade Certa, a seleção das “unidades de registro” que mais se destacaram no texto e uma ressignificação do conteúdo destacado.

O processo de ressignificação das unidades abordadas é a análise que exige maior sensibilidade no trato com as fontes.

Os dois quadros elaborados para esse artigo foram inseridos a partir das seleções e análises de cada categoria e por último ressignificá-las de modo a formar um novo contexto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Alfabetização na Idade Certa configura-se como uma política pública educacional de caráter local, que ganhou capilaridade a partir da agenda problematizada da analfabetização infantil e das ações que objetivavam à alfabetização das crianças até os sete anos de idade. O desenho e a arquitetura institucional do Programa Alfabetização na Idade Certa foram definidos pelos formuladores das políticas públicas. Seus pressupostos basilares que permitiram a definição do desenho institucional e conforme nossos estudos são apresentados na tabela abaixo:

Tabela I: Características do desenho institucional do PAIC

As equipes em três níveis central, regional e municipal são organizadas no sentido de sentido do Programa Alfabetização na Idade Certa.
Os eixos de acompanhamento são: Gestão Municipal da Educação, planejamento, intervenção, acompanhamento, monitoramento e avaliação.
A Secretaria da Educação oferece instrumentos às Secretarias Municipais de Educação para realização de diagnóstico, com base nos indicadores municipais.
A Secretaria da Educação tem como estratégia cooperar tecnicamente com os municípios cearenses na oferta de um programa de formação de professores voltado para a alfabetização das crianças.
A avaliação do programa é realizada por meio de um diagnóstico da alfabetização dos alunos do 1º e 2º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino.
A Secretaria de Educação pensa estratégias de apoio à prática da educação infantil.
A Secretaria de Educação investe na formação de técnicos das Secretarias Municipais de Educação.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Por fim, o Programa Alfabetização na Idade Certa é um programa de caráter inovador e que se for realmente efetivado poderá romper com o ciclo vicioso da analfabetização da infância que acarreta inúmeros problemas em toda a vida do educando e da educanda, em verdade, o analfabetismo é o direito subjetivo negado aos cidadãos e às cidadãs das camadas subalternas deste país que historicamente tem politicamente se decidido pela via do *apartheid* social. Nada mais preocupante do que isto. Por esta razão destacamos a importância do Programa Alfabetização na Idade Certa e mais: somente uma fina articulação entre as diferentes instâncias de implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa garante a efetividade das ações.

Entendemos que a fase de implementação do Programa

Alfabetização na Idade Certa é crucial, pois, faz parte de uma corrente de relações em que os formuladores e os implementadores precisam, de fato, dialogarem no sentido de garantir a execução do programa. Após sete anos de implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa constatamos que o programa é rico em potencialidades pedagógicas, pois busca trabalhar a criança de forma integral e holística, desenvolve atividades que coloca a criança no centro da aprendizagem, define as habilidades e competências conforme a idade e capacidades de aprendizagem das mesmas. Busca enfrentar pela via radical o cerne da problemática do analfabetismo no Brasil, contudo, só haverá efetividade em relação a ele se todos e todas que fazem a educação fundamental entenderem o alcance do mesmo, mantendo compromisso efetivo com a proposta empreendida.

Decerto que existe uma hegemonia encerrada na autoridade central, isto é, na Secretaria de Educação do Ceará. Nisto, não há como negar os interesses e as diferentes percepções quanto ao Programa Alfabetização na Idade Certa.

Em conversas informais com alguns professores a respeito do programa é perceptível que a categoria dos professores e das professoras reconhecem a importância do Programa Alfabetização na Idade Certa. Há críticas? Sim. É importante chamar à atenção de que o Programa Alfabetização na Idade Certa não conseguiu envolver todas as escolas públicas nesse processo. O que é um erro crasso, pois que faz o programa acontecer é a escola e sem a sua adesão no sentido de comprometer-se com a efetividade do Programa pouco se poderá realizar. É como diz Arretche (2001): que numa execução de um programa tem várias coisas podem ser perdidas ao longo do percurso.

Höfling (2001) sintetiza nosso pensar quando coloca:

Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação. (HÖFLING, 2001, p. 39).

Nesse sentido, o recorte que nos coloca a autora, nos leva a um alinhamento junto às várias demandas que poderiam estar sendo efetivadas na execução do programa.

Conclusões que podem ser apontadas nos remetendo à maior reflexão em torno das críticas quanto à elaboração, implementação e execução do Programa Alfabetização

na Idade Certa, são expressas a partir das observações e análises realizadas em torno dos dados coletados para a elaboração desse artigo, sendo para tanto, apresentadas numa segunda tabela:

Tabela II: Observações e análises

O Programa Alfabetização na Idade Certa não conseguiu envolver todas as escolas públicas nesse processo;
Há uma necessidade urgente e clara de envolver os educadores e educadoras cearenses, no sentido de tornarem-se os protagonistas do Programa;
Linearidade e domínio intelectual não são premissas do Programa;
Há um certo desprezo pelos que realmente efetivam as ações;
Não é dada a devida importância da autonomia dos protagonistas para o desenvolvimento das ações do Programa.
Falta de valorização e reconhecimento dos educadores e educadoras cearenses, bem como das escolas protagonistas nas ações do PAIC.

Fonte: elaborada pelas autoras

Dessa forma, podemos concluir que ainda há muito caminho para percorrer nas trilhas do PAIC, às ações precisam ser revisadas e, se houver necessidade, reelaboradas, sempre buscando o envolvimento de todos os profissionais, educadores, educadoras, alunos e toda a comunidade escolar.

Podemos salientar que o Programa Alfabetização na Idade Certa tem um grande potencial para intervir na triste realidade do analfabetismo no Ceará principalmente ao permitir a autonomia de todos os envolvidos, de modo que às ações implementadas consista no alinhamento destas com a realidade de cada escola e município integrantes do Programa, pois entendemos que apesar da hegemonia da autoridade central, e os diversos conflitos, diferentes interesses e percepções, é preciso, estarmos atentos, não só para fazermos as críticas, mas, principalmente para a partir delas reelaborar ações e contribuir para reformulações e o entendimento de que quase sempre uma proposta ou programa traz um viés ideológico do capital, no entanto, é possível libertar as amarras de uma mentalidade arraigada a este pensamento, no sentido de progredir em nome de uma possível transformação que possibilite a melhoria da qualidade da educação em nosso estado.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M.C.R.N. e CARVALHO, M.C.B.(orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2001, p.43-55.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 277 p.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. INEP. **O Pacto Nacional pela Alfabetização**. Brasília: INEP, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: INEP, 2007.

BRASIL. Ministério da educação. INEP. **Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE**. Brasília: INEP, 2005.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO CEARÁ; AGUIAR, Rui Rodrigues; GOMES, Ivo Ferreira; CAMPOS, Márcia Oliveira Cavalcante. (Orgs). **Educação de qualidade começando pelo começo: relatório final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar**. Fortaleza, CE: Assembleia Legislativa do Ceará, 2006. 200 p.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Boletim Pedagógico 2º ano SPAECE Alfa 2012**. Fortaleza: SEDUC/ UFJF – CAED, 2012.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Matriz de Referência da Provinha Paic**. Fortaleza: 2013. Disponível em: www.paic.seduc.ce.gov.br. Acesso em: 15 julho 2014.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Protocolo de Intenções**. Fortaleza: 2007. Disponível em: www.paic.seduc.ce.gov.br. Acesso em: 26 abril 2013.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará**. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fortaleza: SEDUC, 2012. 196 p.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Termo de Parceria**. Fortaleza: 2011. Disponível em: www.paic.seduc.ce.gov.br. Acesso em: 26 abril 2013.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedec**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F. GARCIA, R. M. C.. Conversão das "almas" pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: Stephen J. Ball SHIROMA, Eneida Oto, MORAES, Maria Célia M. de, EVANGELISTA. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional**: Teoria – Planejamento – Modelos. São Paulo: IBRASA, 2000.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.